



**AVENIDAS NÃO IDENTITÁRIAS: CORPOS LÉSBICOS E NEGROS
TOMANDO CORREDORES UNIVERSITÁRIOS**

MUNHOZ, Ana Beatriz¹

ALMEIDA, Brenda Aparecida de²

MARTINI, Loriê Bombarda³

BRUNINI, Bárbara Cossetin Costa Beber⁴ Orcid: 0000-0002-22793-1994

RESUMO. O presente trabalho propõe uma reflexão sobre os modos de existência e resistência de corpos lésbicos e/ou negros no espaço universitário, a partir da perspectiva esquizoanalítica e dos estudos de gênero, raça e desejo. Entre essas vozes, destacam-se autores que oferecem importantes ferramentas teóricas e políticas, para compreender os atravessamentos entre gênero, sexualidade, raça, espaço acadêmico, possibilitando diálogos e inquietações acerca de alteridade, gênero e interseccionalidade, focando nos corpos de mulheres lésbicas enquanto espaços de desejo, resistência e criação de significados, no ensino superior. A pesquisa visa refletir de que forma esses corpos ganham vida nos espaços da universidade, permeando vivências, relações e métodos de aprendizado. A metodologia da cartografia é adotada como forma de escrita e produção de conhecimento, valorizando as vivências do possível, a potência dos encontros e a força do “entre”, em trajetos que ainda são atravessados pelo preconceito e pela violência contra esta interseccionalidade. Assim, busca-se afirmar o caráter instigante e criativo dos corpos dissidentes, reconhecendo a universidade como um território de disputa, resistência e invenção de novos modos de existir.

Palavras-chave: Cartografia, Ensino Superior, Interseccionalidade, Exclusão.

¹Acadêmica de Psicologia - Universidade Paranaense - UNIPAR - ana.munhoz.04@edu.unipar.br

²Acadêmica de Psicologia - Universidade Paranaense - UNIPAR - brenda.almeida@edu.unipar.br

³Acadêmica de Psicologia - Universidade Paranaense - UNIPAR - l.martini@edu.unipar.br

⁴Dra. Professora e Orientadora de Psicologia da Universidade Paranaense - UNIPAR - barbrunini@prof.unipar.br

**NON-IDENTITARIAN AVENUES: LESBIAN AND BLACK BODIES
OCCUPYING UNIVERSITY HALLWAYS**

ABSTRACT. This work proposes a reflection on the modes of existence and resistance of Black and lesbian bodies within the university space, drawing on schizoanalytic perspectives and studies of gender, race, and desire. Particular attention is given to authors who provide important theoretical and political tools for understanding the intersections of gender, sexuality, race, and the academic environment, enabling critical dialogues on alterity and intersectionality. The focus is on lesbian women's bodies as sites of desire, resistance, and meaning-making in higher education. The research aims to explore how these bodies are constituted within university spaces, shaping experiences, relationships, and learning processes. A cartographic methodology is adopted as a mode of writing and knowledge production, valuing lived experiences, the potential of encounters, and the generative force of the "in-between," within trajectories still marked by prejudice and violence. Thus, the study seeks to affirm the subversive and creative nature of dissident bodies, recognizing the university as a territory of dispute, resistance, and the invention of new ways of existing.

Keywords: Cartography, Higher Education, Intersectionality, Exclusion.

INTRODUÇÃO

A universidade, enquanto espaço historicamente marcado por estruturas de poder coloniais, racistas, heteronormativas e patriarcais, ainda opera como um território de exclusão para diversos corpos dissidentes. Entre esses, os corpos de mulheres lésbicas e/ou negras enfrentam alfândegas materiais (Evaristo, 2014), simbólicas e subjetivas que ainda dificultam tanto o ingresso quanto a permanência no ensino superior, linhas molares, moleculares e de fuga que constituem os processos de subjetivação e agenciamento de sujeitos, posicionando-se no entre, em que a vida aflora. (Guattari & Rolnik, 1986). Este artigo nasce da experiência de acadêmicas de Psicologia que, a partir de seus próprios corpos e vivências, propõem uma escrita de denúncia e reflexão sobre os modos de existência e resistência de mulheres negras e

lésbicas, dentro do espaço universitário. Propomos, aqui, pensar as fissuras e possibilidades de uma presença que insiste em habitar espaços que, historicamente, a rejeitam, que sequestram o possível para muitos destes corpos.

Partimos de uma abordagem interseccional, alinhada à Esquizoanálise e uma perspectiva pós-estruturalista desenvolvida com os achados de autores como Deleuze e Guattari (1996), que destacam os processos de subjetivação pelos quais sujeitas passam e perpassam, movendo-se e se constroem ao se empenharem em linhas duras e moles das tessituras sociais, para compreender como os atravessamentos sociais e subjetivos moldam as experiências dessas mulheres. O pensamento de autoras como Djamila Ribeiro (2017), com sua crítica contundente ao racismo estrutural e à branquitude, enquanto lugar de privilégio, é fundamental para delineararmos o cenário de exclusão sistemática que essas mulheres enfrentam. Já a estudiosa, Carla Akotirene (2019), articula a interseccionalidade como ferramenta teórica e política, a qual nos ajuda a compreender como raça, gênero e orientação sexual não são categorias isoladas, mas atravessam-se mutuamente, produzem experiências singulares de opressão, mas também de resistência, alcançam territórios, os quais corpos políticos povoam territórios ainda tão movediços para alguns.

A proposta da nossa escrita, é escutar a voz de bell hooks (2013), com sua obra *Ensinando a transgredir*, em que a escritora nos convida a imaginar práticas pedagógicas e acessos universitários que rompam com os padrões autoritários e excludentes da academia tradicional. Ao reivindicar o afeto, a escuta e o reconhecimento das diferenças como princípios pedagógicos, a autora nos inspira a pensar uma universidade onde a presença de mulheres negras e lésbicas não seja tolerada, mas valorizada, pertencente, povoada. No intuito de “escrever com” outras mulheres, entre elas mulheres latinas, encontramos laços com as escritas de Conceição Evaristo (2014) e sua *escrevivência* como prática de resistência, na qual o corpo que escreve é também o corpo que sofre e sobrevive, transformando dor em palavra e exclusão em luta, denúncia e conquista. Suely Rolnik (1989) convida a participar da constituição de territórios existenciais e de realidades outras, pois deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e inventa posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, ele aceita a vida e se entrega. De corpo e língua.

Restaria saber quais são os procedimentos do cartógrafo. Ora, estes tampouco importam, pois ele sabe que deve “inventá-los” em função daquilo que pede o contexto em que se encontra, por isso ele não segue nenhuma espécie de protocolo normalizado, mas o constrói coletivamente durante o trajeto (Rolnik, 1989).

Nesta escrita cartográfica, desenhada sobre a intencionalidade dos bons encontros, nos deparamos com Judith Butler (2019) e Suely Rolnik (2018) para refletir sobre desejo, sexualidade e modos de subjetivação que desafiam as normas hegemônicas. Butler, ao pensar a performatividade do gênero e a vulnerabilidade dos corpos, ajuda a entender como certas existências são sistematicamente desautorizadas/esquecidas/apagadas. Já Rolnik (1989), com sua leitura crítica dos processos de captura do desejo, aponta para a necessidade de escutar os movimentos micropolíticos de resistência que emergem nos corpos dissidentes. Nesse horizonte, é possível compreender que tais resistências se produzem a partir da articulação entre diferentes linhas que atravessam os sujeitos, conforme propõem Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). De um lado, lidamos com as linhas molares, que funcionam como as estruturas rígidas e as normas que tentam enquadrar nossos corpos em categorias e padrões sociais. No entanto, a vida pulsa também em linhas moleculares, operando de forma sutil no cotidiano e nas micropolíticas, com pequenos desvios e variações nos permitem respirar fora da norma. Quando essas capturas se tornam insuportáveis, emergem as linhas de fuga: movimentos de escape que rompem com o instituído e abrem brechas para a criação de novos territórios existenciais. Nesse cenário, o desejo se revela como uma potência inventiva, capaz de tensionar o que está posto e dar lugar a novas formas de ser e sentir. Isso se torna ainda mais vibrante nos corpos dissidentes que, mesmo sob o peso de mecanismos de controle, transformam sua própria existência em um campo vivo de resistência e pura criação.

A cartografia foi a metodologia escolhida para compor este estudo, por permitir acompanhar os processos subjetivos em movimento, de forma a respeitar a complexidade e a multiplicidade dos afetos envolvidos. Observa-se que a mesma se apresenta como valiosa ferramenta de investigação, exatamente para abarcar a complexidade, zona de indeterminação que a acompanha, colocando problemas, mapeando o coletivo em cada situação, esforçando-se para não se curvar aos dogmas

reducionistas (Romagnoli, 2009).

A pesquisa foi realizada por meio da escrita de diários afetivos, nos quais registramos nossas vivências, percepções e encontros, dentro do ambiente universitário. Esses registros foram atravessados por momentos de escuta coletiva, organizados em assembleias afetivas, espaços em que o afeto e a escuta compartilhada foram tomados como dispositivos de produção de sentido. A cartografia, nesse contexto, permitiu mapear corpos possíveis e transformados, corpos que se constroem nas brechas do instituído, que resistem e insistem em existir de forma autêntica, apesar das normatividades que tentam silenciá-los.

Por fim, buscamos tensionar os discursos institucionais sobre diversidade a partir de pesquisas no campo educacional que indicam uma ampliação ainda limitada da presença LGBTQIA+ nas universidades, especialmente no que se refere a mulheres negras e lésbicas, cujas trajetórias permanecem marcadas por processos de exclusão e invisibilização (Cordeiro; Auad, 2021). Nesse cenário, questionamos a eficácia das políticas de inclusão frente aos mecanismos de exclusão (Sawaia, 2001) que persistem na vida cotidiana acadêmica: o racismo velado, a lesbofobia institucional, a invisibilização epistêmica. Este artigo é, portanto, um convite à escuta e à desobediência, como nos provoca hooks (2013), uma escrita que denuncia, mas também sonha com outras formas de estar, pertencer e recriar-se no espaço universitário.

DESENVOLVIMENTO

AVENIDA I - Cartografia da Marginalização Epistêmica: fluxos, encontros e resistências

A escrita, para ser implicada, deve ser pertencente, da ordem do “entre”, defendendo tal afirmativa adotamos a cartografia como metodologia, compreendida não como um simples instrumento de coleta de dados, mas como uma prática teórico-metodológica que permite acompanhar processos subjetivos em movimento. Inspiradas nas formulações de Deleuze e Guattari (1995) e nas contribuições metodológicas de Passos e Barros (2009), compreendemos a cartografia como uma forma de pesquisar que se faz implicada, sensível às afetações do campo, e atenta aos mapas e fluxos que atravessam as experiências vivenciadas. Os autores Deleuze &

Guattari (1995) descrevem a pesquisa cartográfica como itinerante, ambulante, um movimento que obriga a seguir e não reproduzir ou descobrir uma forma, “[...] é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem [...] o desmanchamento de certos mundos – e sua perda de sentido – e a formação de outros” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 23).

Diferente de métodos tradicionais, que partem de hipóteses fixas ou categorias previamente definidas, a cartografia parte da experiência vivida, da escuta e da observação dos fluxos de desejo, de poder e de saber que constituem os territórios subjetivos. Os mapas, neste contexto, não são representações fixas da realidade, mas registros móveis, mutáveis e múltiplos das relações que se estabelecem entre sujeitos, espaços e instituições. Mapear, portanto, é seguir rastros, traçar linhas, identificar zonas de tensão, conflito, fuga e criação (Zanella, 2013).

A escolha da metodologia cartográfica parte da necessidade ética-estética-política de estar no “entre”, compreendendo, como apontam Deleuze e Guattari (1995), que o conhecimento se produz no *intermezzo*, no meio dos processos e não em posições fixas, conforme preconiza tal abordagem, declinando posições rígidas e dicotômicas entre sujeito e objeto, teoria e prática. O ato de estar no “entre” se refere a conduzir-se processos em curso, sustentando a fluidez como condição para produção de conhecimento, rejeitando verdades predefinidas.

Da necessidade ética, expressa-se um compromisso com sujeitos que compõem a pesquisa, priorizando uma escuta sensível, sem imposição de externalidades que silenciem vivências, sendo que, segundo Passos e Barros (2009, p.20), “[...] não há neutralidade do conhecimento, pois toda pesquisa intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa ou constata em um discurso cioso das evidências”. Do ponto de vista estético, a cartografia se constitui em uma prática inventiva, em busca de visibilidade aos afetos, narrativas e experiências que escapam da tradicionalidade acadêmica, como descrevem, Deleuze e Guattari (1995, p.11) “[...] escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir”. Na dimensão política, afirma-se como resistência às estruturas responsáveis pela marginalização e violação de corpos e saberes, nesse contexto, corpos lésbicos, negros, universitários, o que permite uma análise e intervenção nos processos de

exclusão, pois a cartografia é um método que se faz ao mesmo tempo em que se intervém (Passos; Barros, 2009). Portanto, estar no “entre” é caracterizado como uma metodologia de pesquisa de implicação do pesquisador e construção coletiva, por acompanhar vivências, caminhos e potências que atravessam os territórios pesquisados.

A cartografia se justifica, sobretudo, pela sua potência em acompanhar e visibilizar os processos de exclusão, silenciamento e invisibilidade que marcam a trajetória de mulheres lésbicas e/ou negras na universidade. Em um espaço historicamente moldado pela normatividade branca, cisheteropatriarcal e elitista, tal metodologia se apresenta como uma ferramenta ético-política capaz de canalizar a forma e voz de experiências que, com frequência, escapam das estatísticas e das narrativas oficiais, inclusive as academicistas. A cartografia nos permite investigar não apenas quem está ausente, mas como e por que certos corpos são constantemente desautorizados a ocupar os espaços de conhecimento.

Como instrumento central de produção de saberes, utilizamos fichamentos afetivos, registros contínuos das experiências vividas, durante os estágios obrigatórios no oitavo período de Psicologia, tanto no percurso acadêmico, quanto dos territórios da formação. Esses diários foram utilizados para anotar percepções, afetos, desconfortos, deslocamentos e encontros vividos, dentro e fora da sala de aula. Tais registros constituem um espaço sensível de escuta de si e do outro, de forma que a experiência é transformada em narrativa presente neste texto. Como defendem Kastrup (2007) e Brunini (2017), os diários são ferramentas potentes de cartografia porque permitem o acompanhamento daquilo que não é visível de imediato: os gestos, os silêncios, as afetações que atravessam o cotidiano.

Além dos diários, a participação ativa em grupos de estágio acadêmico foi tomada como parte fundamental do processo cartográfico de nossas escritas, neste Trabalho de Conclusão de Curso. Os estágios, entendidos como espaços de formação, prática e escuta, tornaram-se ambientes seguros para vivenciarmos os corpos dissidentes, (in)visibilizados, tensionados ou apagados nos discursos e nas práticas institucionais. Nesses locais, foi possível captar os atravessamentos entre a teoria e a prática, o saber formal e os saberes encarnados como nos sugere Suely Messeder (2020), ao enfatizar que o conhecimento é produzido a partir das experiências vividas

nos corpos, atravessadas por gênero, raça, classe e desejo, pois a produção de conhecimento, inclusive na formação profissional, pode ser compreendida como situada e atravessada por experiências sociais. Nesse sentido, os chamados “saberes encarnados” evidenciam que os sujeitos produzem conhecimento a partir de suas vivências corporais e sociais (Messeder, 2020).

Outro dispositivo metodológico importante foi a apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos, que operou como um lugar de enunciação e visibilidade para as pesquisadoras. Esses momentos funcionam como “zonas de passagem” (no sentido deleuziano), em que o pensamento foi sendo forjado na relação com o olhar do outro, com a escuta coletiva, com o estranhamento e com o retorno. A performance pública do pensamento permitiu observar os efeitos do dizer e do expor-se, enquanto corpo dissidente na universidade, ao revelar tanto espaços de acolhida quanto de silenciamento e resistência, por parte de alguns.

Por fim, a metodologia cartográfica também se concretizou por meio de assembleias afetivas, encontros organizados entre colegas de curso/estágio, pacientes e participantes de eventos da extensão, para partilha de experiências e escuta coletiva. Esses encontros constituíram momentos de criação de novos rizomas, redes de afeto e produção de saberes que escapam à lógica vertical do conhecimento acadêmico. Inspiradas por Suely Rolnik (2016), compreendemos esses momentos como gestos micropolíticos de invenção de outros modos de existir e pesquisar.

Ao adotar a cartografia, assumimos uma escrita que não busca apenas representar a realidade, mas estar entre ela, deslocando o olhar para aquilo que é sistematicamente apagado: as trajetórias, os afetos e as potências de mulheres negras e/ou lésbicas que insistem em existir na universidade. Como sugerem Passos, Barros e Kastrup (2009), mais do que mapear ausências, esta metodologia permite narrar resistências, acompanhar desvios e desenhar mapas outros feitos de escuta, implicação e desejo de transformação.

AVENIDA II - Universidade em disputa: gênero, raça e desejo

O campo acadêmico brasileiro, apesar de seus avanços na ampliação do acesso, ainda se estrutura, majoritariamente, como um espaço marcado por privilégios

históricos de raça, gênero e sexualidade, portanto constituindo-se em matéria-prima da soberania e da violência que carregam consigo, no parecer de Mbembe (2018, p.41 e 43):

(...) soberania esta que significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto [...] Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é (Mbembe, 2018, p.41 e 43).

É digno de nota que, identifica-se parte de um modelo institucional que carrega consigo os vestígios da formação elitista do ensino superior no Brasil, tradicionalmente voltado às elites econômicas, políticas e intelectuais do país. Os indivíduos que o frequentam carregam consigo marcas de gênero, etnia e desejo, estabelecem barreiras que definem quem tem o direito de se expressar, ser aceito e reconhecido. Nesse contexto, refletir sobre gênero como uma construção social é crucial, para questionar as fronteiras da inclusão e examinar a formação de identidades não convencionais.

A ideia de gênero, moldada por teóricas feministas, destaca que ser homem ou mulher não é algo inato ou biológico, são padrões sociais criados ao longo da história, reforçados por discursos e instituições (Butler, 2018). Para Judith Butler, gênero não é uma essência biológica ou natural, mas uma construção social, cultural e discursiva, realizada por meio da performatividade. É uma norma reiterada por atos, gestos e desejos que criam a ilusão de um gênero estável, sendo um papel encenado e não um fato natural. Desta forma, o gênero surge como um espaço de debate político que permeia anseios, identidades e maneiras de interagir com o mundo. O Dicionário Crítico de Gênero, de Colling, Tedeschi (2019, p.331), reforça essa ideia ao afirmar que:

(...) no sentido político que se conhece na atualidade, surgiu com força na segunda metade dos anos 1980, tendo sido construído coletivamente e de modo desafiador, pela colaboração de algumas teóricas do feminismo, que percebiam a vulnerabilidade dos termos mulher ou mulheres, ao trazerem em seu bojo uma força de legitimação apoiada no corpo biológico desses sujeitos. (Colling, Tedeschi, 2019, p. 331).

Pensar sobre gênero, de forma relacional, permite abordar também a sexualidade e o desejo, especialmente no que diz respeito aos corpos lésbicos que, historicamente, foram apagados ou invisibilizados nos espaços acadêmicos. Dessa forma, é fundamental relacionar-se ao conceito de interseccionalidade, ao descrever sobre qualquer tipo de

opressão, ou seja, mostra que mulheres negras, por exemplo, não sofrem apenas racismo ou apenas machismo, mas uma experiência específica que resulta da intersecção dessas opressões (Crenshaw, 2002). A interseccionalidade permite compreender como múltiplos sistemas de opressão se articulam, produzindo experiências específicas de desigualdade, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados (Crenshaw, 2002; Collins, 2019), analisados em profundidade por autoras como Carla Akotirene e Djamila Ribeiro.

A interseccionalidade nos permite a compreensão de como os diversos marcadores sociais, neste caso, gênero, raça e desejo, se atravessam e operam em consonância na constituição de opressões e exclusões. Nota-se que, quando ausentes os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos. (Akotirene, 2019). Mulheres negras e/ou lésbicas, por exemplo, experienciam uma sobreposição de silenciamentos, sendo muitas vezes, excluídas tanto dos discursos feministas hegemônicos quanto dos debates raciais e de sexualidade. Quando o feminismo não se opõe explicitamente ao racismo e o antirracismo não incorpora a oposição ao patriarcado, as políticas de raça e de gênero acabam entrando em conflito entre si (Crenshaw, 1991).

Ao pensarmos em sintonia com o conceito de interseccionalidade, compreendemos que, de acordo com Ribeiro (2017, p.40):

(...) o debate é sobre a posição ocupada por cada grupo, entendendo o quanto raça, gênero, classe e sexualidade se entrecruzam gerando formas diferentes de experienciar opressões. Justamente por isso não pode haver hierarquia de opressões, pois, sendo estruturais, não existe “preferência de luta” (Ribeiro, 2017, p. 40).

Diante do exposto, esses corpos, são constantemente compreendidos pela norma como desvios, um conceito também explorado por Butler (2018) e Sawaia (2001), que abordam como corpos que “não cabem” nos moldes instituídos são marginalizados e até mesmo patologizados. Esse posicionamento desviante acarreta o enfrentamento de processos excludentes que não se restringem ao acesso, mas também a práticas cotidianas de silenciamento e negação de pertencimento. Tratando-se de uma exclusão que opera de modo relacional, em dimensões materiais, simbólicas e afetivas.

Diante disso, compreender os limites de inclusão exige deslocar o olhar dos modelos e estruturas impostos para as vivências e experiências desses corpos no dia a dia acadêmico, observando como experienciam essa exclusão, pertencimento e resistência nesses espaços. Na visão de Gorjon, Mezzari, Bassoli (2019, p.5):

(...) geralmente assumimos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionalmente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência (Gorjon; Mezzari; Basoli; 2019, p. 5).

Nesse sentido, é inserida a necessidade de uma abordagem que acompanhe a complexidade dos processos, mapeando afetos, relações e estratégias emergentes desse contexto. Destaca-se que o mapeamento dos corpos que não cabem reivindica um olhar voltado ao território em que essas existências se produzem e se tensionam, explicitando que normas são reproduzidas, mas também, necessariamente, contestadas, como propõe Suelly Rolnik (2016, p.61):

(...) seja qual for este algo, o que conta é que ele carregue consigo a pulsação intensiva dos novos modos de ver e de sentir - que se produziram na teia de relações entre os corpos e que habitam cada um deles singularmente, de modo a torná-los sensíveis. Em outras palavras, o que importa é transduzir o afeto ou emoção vital, com suas respectivas qualidades intensivas, em uma experiência sensível, seja pela via do gesto, da palavra, etc., e que se inscreva na superfície do mundo, gerando desvios em sua arquitetura atual [...] Nessa micropolítica, as ações do desejo consistem portanto em atos de criação que se inscrevem nos territórios existenciais estabelecidos e suas respectivas cartografias, rompendo a cena pacata do instituído (Rolnik, 2016, p. 61).

No que diz respeito ao ambiente universitário, os conceitos apresentados tratam que alguns corpos não são apenas excluídos de acesso pleno, mas são acometidos de condições que dificultam sua permanência e reconhecimento, enquanto corpos produtores de existência, portanto, sujeitos posicionados em zonas vulneráveis, fronteiras entre exclusão e o pertencimento.

Perante essa análise, considera-se que as formas de poder contemporâneas não se limitam à gestão da vida, mas operam por meio de uma produção sistemática de morte, como apresenta Achille Mbembe (2018) acerca da necropolítica. Dessa forma, o poder reconfigura profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror, produzindo "mundos de morte", formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas

populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de "mortos-vivos" (Mbembe, 2018).

AVENIDA III - Corpos que não cabem: existências desviantes em territórios normativos

Desde sua origem, a universidade brasileira foi construída como um espaço marcado por diversos privilégios sendo eles raciais, de gênero e de classe, uma vez que o acesso ao ensino superior esteve restrito às elites brancas, ao excluir os corpos negros, marginalizando-os (Mbembe, 2018). A universidade consolidou-se como um ambiente de predomínio branco, cisheteronormativo e masculinizado, no qual determinados sujeitos são reconhecidos como pertencentes e legitimados, enquanto outros precisam, constantemente, disputar seu lugar. É preciso considerar os corpos ditos e vistos como marginalizados pela sociedade, como por exemplo, corpos negros e/ou lésbicos, que sentem necessidades em se fazerem presentes no ambiente universitário.

É essencial discutirmos sobre esse assunto em nossa profissão (Conselho Federal de Psicologia, 2018), o qual frequentemente não oferece mecanismos de suporte para mulheres negras e/ou lésbicas, o que se reflete tanto nas estruturas curriculares, quanto nas relações sociais nele desenvolvidas (Collins, 2019).

As ações afirmativas, instituídas nas últimas décadas, representaram um momento decisivo na ampliação do ingresso ao ensino superior, configurando-se como um marco na tentativa de democratização desse acesso, historicamente atravessado por desigualdades raciais, sociais e econômicas, com destaque para a Lei nº 12.711/2012, popularmente conhecida como Lei de Cotas. Tal lei estabeleceu o sistema de cotas raciais e sociais, instituindo a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes específicos para renda e pertencimento racial (pretos, pardos e indígenas).

No entanto, os próprios limites da legislação mostram que a inclusão ainda se dá de forma restrita, sem incorporar de forma efetiva outros marcadores sociais da diferença, como a sexualidade e identidade de gênero, pois, como inferem Sawaia e Bader (2001, p.9):

A exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. (Sawaia, Bader, 2001, p. 9).

De modo que, a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. O Decreto nº 9.235/2017, que define diretrizes para ações afirmativas, tampouco garante um recorte verdadeiramente interseccional. O fato acha-se em contraposição ao Art. 205, da Constituição Federal (1988), o qual prevê a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nessa concepção, compreende-se que, ampliar o acesso ao ensino superior não apaga os instrumentos de exclusão e marginalização que percorrem entre os espaços universitários, pelo contrário, na maioria das vezes a inclusão ocorre de maneira fragmentada. Isso permite a entrada de grupos de maneira espaçada e ainda assim, sem alterar significativamente a composição e estruturas que mantêm seu olhar voltado a determinados indivíduos, em sobreposição a outros. Tais fatos caracterizam uma inclusão-excludente dessas pessoas, pois inclusão e exclusão constituem-se em processos articulados, podem ocorrer simultaneamente dentro das mesmas estruturas sociais (Sawaia, 2001).

Segundo os dados mais recentes, de 2024, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve um aumento na matrícula de estudantes negras e negros e de mulheres, nas universidades públicas e privadas, em contrapartida com a alta taxa de evasão, em especial em universidades privadas. No entanto, não há dados públicos sistematizados que permitam traçar a presença, evasão, permanência ou conclusão de estudantes universitários, com recorte por identidade de gênero e orientação sexual (no âmbito do INEP/MEC).

Essa ausência de dados impede um diagnóstico mais preciso e sua análise apresenta uma lacuna estatística que invisibiliza a realidade de corpos dissidentes, corpos esses que desafiam padrões normativos e se afastam das expectativas sociais impostas sobre como os corpos devem ser. Nota-se que as normas sociais regulam os padrões e definem quais identidades são reconhecidas como legítimas dentro da

sociedade, de acordo com Butler (2018), dificultando a formulação de políticas que considerem sua complexidade e especificidade.

No período analisado, na 14ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2024), observa-se um aumento na participação de estudantes autodeclarados pretos, tanto na rede privada quanto na rede pública. Entre 2012 e 2022, na rede privada, a proporção de estudantes pretos passou de, aproximadamente, 5,7% para 8,0%, enquanto na rede pública esse percentual aumentou de 10,2% para 11,7%, no mesmo intervalo. Também se observa crescimento na presença de estudantes pardos, que passaram de 27,5%, em 2012, para 38,6%, em 2022, nas instituições privadas e de 29,8% para 38,1%, nas instituições públicas. Apesar desse avanço, estudantes brancos ainda representam a maioria das matrículas no ensino superior brasileiro, o que corresponde, em 2022, a 53,5% das matrículas na rede privada e 53,7% na rede pública.⁵

Esses dados refletem que, apesar de contribuírem para alteração do perfil racial nas universidades brasileiras, as políticas de ampliação de acesso e as mudanças quantitativas não apagam as desigualdades históricas que ainda estruturam o ambiente acadêmico, enquanto instituição. A presença crescente de estudantes negros tensiona a configuração, historicamente elitizada e racial, excludente desse espaço, mas não garante, por si só, condições equitativas de permanência, reconhecimento e pertencimento institucional, pelo contrário, muitas vezes escancaram opressões operantes num sistema e em uma sociedade falha.

Nesse aspecto, o conceito de interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (1989 *apud* Akotirene, 2019), permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Autoras como Carla Akotirene (2019), que entende a interseccionalidade como “sistema de opressão interligado”, que circunda vida de mulheres negras no encontro de tais vias e Djamila Ribeiro (2017) se faz fundamental pois permite compreender que as opressões não operam de forma isolada, mas sim de maneira interligada. As opressões são vividas, simultaneamente, por sujeitos que se localizam em diferentes eixos de subalternidade, uma condição que pode ser compreendida como resultado de processos sociais que produzem desigualdades

⁵ <https://static.poder360.com.br/2024/05/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-202.pdf>

materiais e simbólicas, gerando formas de sofrimento associadas à injustiça e à negação de direitos (Sawaia, 2001).

Diante dessas considerações, Ribeiro (2017) aponta que não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses territórios; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas. A universidade, nesse cenário, pode ser analisada como um dispositivo de poder, sendo, no entendimento de Foucault (1979, p.138):

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1979, p. 138).

Conforme proposto por Foucault (1979), Ferrerinha; Raitz (2010, p.370) ratificam, uma vez que: “[...]o poder não se localiza em um ponto específico da estrutura social, mas funciona como uma rede de relações que atravessa toda a sociedade, produzindo saberes, discursos e práticas.” O poder não apenas legitima saberes, mas aplica normas sociais e culturais que implicam na invisibilização e segregação de corpos, na falta de representatividade, valorização de currículos e epistemologias eurocêntricos e invisibilização de afetos subalternizados. Estas ações podem levar à evasão, sensação de não pertencimento, e diminuição das potências desses corpos que não se encaixam no padrão dominante estabelecido, branco, cisheteropatriarcal e elitista.

A partir dos objetivos da Agenda 2030 ONU (2015), o qual o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades) se articulam à abordagem, citando educação inclusiva e equitativa quanto ao acesso e comprometimento com a redução de desigualdades (acesso, gênero, sexualidade, estruturais). Para sua efetivação, é essencial compreender que a acessibilidade não se configura apenas ao aspecto físico, mas simbólico, institucional, cultural, espaço no qual os corpos que escapam da hegemonia se encontram numa posição de exclusão e desigualdade.

CONCLUSÃO

A partir dessas avenidas não identitárias, surgem as práticas de resistência em que mulheres negras, pessoas trans, lésbicas, não binárias e toda a comunidade LGBTQIA + têm criado espaços cartográficos e coletivos de acolhimento, denúncia, redes de apoio e produção de conhecimento que desafiam ideais de exclusão na academia. Tais práticas constituem um meio de subversão das normas tradicionais e reivindicação do direito à existência plena dentro da universidade. São esses movimentos que demonstram que a resistência também é produção e, acima de tudo, criação: mapeiam, desenham e articulam as experiências, trajetórias e resistências dessas identidades dentro do universo acadêmico.

Pensando em um espaço de resistência interseccional, reconhece-se que, apesar dos múltiplos mecanismos de opressão, sujeitos dissidentes não apenas sobrevivem, mas também reivindicam sua presença e sua voz. A cartografia dessas experiências, o mapeamento das trajetórias, vivências e resistência, revelam uma dimensão política do cotidiano universitário que costuma escapar às análises centradas apenas em números ou legislação.

Quando se considera a universidade um ambiente que modela e supervisiona comportamentos e emoções, percebe-se vivências que desafiam as ideias tradicionais de gênero e sexualidade colocam em questão as regras que dão base a esse universo. Quanto a isso, experiências cotidianas de exclusão não se caracterizam como exceções, mas expressam a conduta de um sistema acadêmico que ainda opera baseando-se em normas excludentes. É relevante lembrar que a inclusão, formalizada restritamente, permanece insuficiente e perpetua as marcas do silenciamento e deslegitimação.

Diante disso, a vontade, tal como Deleuze e Guattari (1995) expõem, pode ser vista como uma energia criativa e um caminho de escape, linhas de fuga, apta a originar novas maneiras de viver e de lutar. Essa força surge nos indivíduos que divergem do padrão, que não só tomam posse, mas transformam os lugares que antes os deixavam de fora. Essa ação dialoga com o pensamento de Judith Butler (2018), ao sugerir que o gênero não é algo imutável, mas um ato repetido, e, portanto, suscetível a ser transformado. Ao expressarem suas vidas de forma contestadora, pessoas lésbicas e/ou

negras quebram com o raciocínio tradicional e abrem espaço para outras formas de ser e de ocupar o ambiente de estudo.

De acordo com Suely Rolnik (2016), essas ações de reexistência vão além da simples oposição, mas despertam energias essenciais para a criação de futuros possíveis frente às narrativas que, historicamente, silenciaram mulheres negras nos espaços acadêmicos. Desse modo, refletir sobre a pluralidade sexual e de gênero, na universidade, é também destacar a necessidade imediata de ações governamentais que consideram diferentes aspectos, de métodos de atenção focados no contexto e de envolvimento da instituição com a igualdade, validando o conhecimento gerado por aqueles que desafiam as normas como algo essencial e justo.

No entanto, isso não ocorre de forma isolada. Segundo Conceição Evaristo (2014), na força de nossa coletividade, ao reconhecermos que somos, sim, as possibilidades insurgentes do que foi e ainda é falado sobre nós mulheres, todas na universidade, são construídas novas possibilidades. Reconhecer essa coletividade reafirma um processo ético-político que redefine os modos de produção de conhecimento, não os reduzindo a uma conquista individual.

No que se refere ao tema, a universidade pode ser entendida não apenas como local de produção de conhecimento, mas também como um território de controle de corpos, afetos e subjetividades. De forma convergente, bell hooks (2013) enxerga o ensino como exercício libertador, sustentando uma didática reflexiva que privilegia a vivência, o diálogo e a ruptura, trilhas para quebrar padrões autoritários. Pensar a pluralidade de gênero e sexualidade na universidade implica reconhecer a urgência de práticas institucionais comprometidas com a equidade, que não apenas incluem, mas legitimem os saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados.

Portanto, demandar diretrizes públicas interseccionais não deve ser visto como acessório, mas como alicerce essencial para promover igualdade na graduação. Sem articular raça, gênero e sexualidade nas políticas institucionais não apenas inviabiliza experiências, mas atua diretamente na produção de sofrimento psíquico, marcado por processos de não pertencimento, silenciamento e deslegitimação subjetiva.

Para a Psicologia, isso impõe um posicionamento ético-político incontornável: reconhecer que tais violências não são individuais, mas efeitos de dispositivos

institucionais que regulam quais vidas são reconhecidas como válidas. Por isso, a postura acadêmica deve ir além de ações superficiais, assumindo o compromisso de alterar os cenários que perpetuam barreiras, o que exige um exame profundo das rotinas, grades curriculares e formas de diálogo. Logo, compete à área não apenas mitigar as sequelas dessas disparidades, mas confrontar suas origens, ajudando na criação de ambientes que validem a vida e o florescer de identidades plurais.

Torna-se fundamental deslocar o foco da noção de “dar voz” para a construção de uma escuta ética e implicada no espaço universitário. Como apontam Melina Garcia Gorjon *et al.* (2019, p. 3): “Não buscamos dar ‘espaço’ ou ‘voz’, mas contribuir com a urgência de fomentar um lugar de escuta que nós, sujeitos privilegiados, precisamos aprender a ocupar.” Essa ideia questiona a forma como muitas instituições funcionam, em que a inclusão acaba sendo apenas superficial, como se fosse um “favor”, sem realmente mexer em quem detém o poder, sendo ele o que decide quem pode viver e quem deve morrer (Mbembe, 2018) e silencia os outros. Mais do que apenas trazer pessoas diferentes para esses espaços, precisamos aprender a ouvir de verdade, o que declaram Gorjon, Melina Garcia *et al.*, 2019, p13): “[...]precisamos romper com a surdez na qual estamos imersas, a surdez que nos fecha em nossa própria existência e a qual nos faz reconhecer somente o que se assemelha a nós.” Isso exige que a gente se deixe tocar pela realidade do outro e assuma a responsabilidade de transformar, na prática, o dia a dia do ambiente acadêmico.

Enfim, afirmar a presença de corpos dissidentes na universidade não se reduz ao reconhecimento de sua existência, mas a legitimar seus saberes, suas experiências e suas vivências. Esses corpos não apenas preenchem o ambiente universitário, mas o reinventam, ocupando, entre brechas das paredes de estruturas normativas ao criar novos modos de existência.

Portanto, caracterizar a universidade como um sistema excludente não se consagra como uma mera crítica, mas como uma exigência ética e política. Significa gritar sobre a urgência de uma transformação que garanta não apenas o acesso, mas a permanência, o reconhecimento e a legitimidade de todas as formas de vida. Nesse processo, a Psicologia assume o comprometimento de uma prática consonante com a

construção de uma universidade verdadeiramente plural, na qual corpos desviantes encontrem segurança para existir, florescer e ocupar seu espaço no mapa acadêmico.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12/03/2026.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 12/03/2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior: resultados**. Brasília, DF: Inep, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 12/03/2026.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 12/03/2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourado MS: Ufgd, 2019. 752 p. Michelle Perrot.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL de PSICOLOGIA. **Corpos em disputa: uma discussão interseccional das diferenças**. Brasília: CFP, 2018. Disponível em:
<https://site.cfp.org.br/corpos-em-disputa/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

CORDEIRO, Ana Luísa Alves; AUAD, Daniela. **Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais na universidade**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color.** Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

EVARISTO, Conceição. **Alfândega.** In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'Água.* Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>. Acesso em: 24/03/2026.

GORJON, Melina Garcia; MEZZARI, Danielly Christina de Souza; BASOLI, Laura Pampana. **Ensaio de lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala.** São Paulo: Quaderns de Psicologia, 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024.** São Paulo: Instituto Sesp, 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/05/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-202.pdf>. Acesso em: 31/03/2026.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MESSEDER, Suely Carneiro. **Corpos, saberes e práticas: interseccionalidades e produção de conhecimento.** Salvador: EDUFBA, 2020.

ORGANIZAÇÃO das NAÇÕES UNIDAS. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Secretaria-Geral da ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 mar. 2026.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2016.



ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **A cartografia e a relação pesquisa e vida.** *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 166–173, 2009.

SAWAIA, Bader. **AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

ZANELLA, Andréa Vieira. **Cartografia como prática de pesquisa em psicologia social.** *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 2, p. 299–309, 2013.